

**MOÇÃO SETORIAL**

# **SEM SEGURANÇA NÃO HÁ LIBERDADE**

## SEM SEGURANÇA NÃO HÁ LIBERDADE

Sem segurança não há liberdade. Quando as pessoas sofrem agressões contra a sua integridade física, a sua propriedade, na sua subsistência e vida comunitária, estão a ser privadas do poder de decidir e conduzir a sua própria vida.

Num contexto em que a segurança tem vindo a pesar mais nas preocupações dos portugueses, perante os aproveitamentos dos extremos populistas, e a incapacidade de resposta política por parte do centrão, torna-se imperativo que a Iniciativa Liberal apresente uma visão clara sobre o tema da segurança pública.

Essa visão deve oferecer soluções claras aos portugueses, baseada em dados e nas experiências de outros países, rejeitando quer o discurso que ignora o problema, quer o discurso que incentiva a abusos da autoridade do Estado face aos direitos individuais que devem ser sempre respeitados.

**Esta Moção Setorial exorta a Iniciativa Liberal a desenvolver uma visão estruturada do que deve ser a Segurança de um ponto de vista liberal**, orientando a sua acção política de forma a assegurar que as pessoas estejam protegidas, e se sintam protegidas, para exercer toda a sua Liberdade.

## ENQUADRAMENTO

- A segurança é um dos pilares fundamentais de uma sociedade liberal. Para que as pessoas possam viver plenamente, desenvolver-se e prosperar, é imprescindível que exista um ambiente seguro que proteja a sua integridade física, a sua propriedade, as suas actividades económicas, sociais e políticas, e o espaço público em que interagem.
- Um sistema de segurança bem estruturado e alinhado com os princípios liberais protege os cidadãos de ameaças directas à sua vida e propriedade, mas também fomenta a confiança nas instituições, promove um ambiente favorável ao empreendedorismo e assegura o funcionamento eficiente de uma economia de mercado.
- Sobretudo é essencial que o sistema de segurança respeite os direitos individuais e evite ele próprio agredir contra as escolhas pessoais e empresariais dos cidadãos.

## DIAGNÓSTICO

- **Este tema necessita de racionalidade liberal, não apatia centrista ou berraria populista.**
- Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna, os dados sobre a criminalidade geral estão melhores do que há 20 anos, mas voltaram ao ponto em que estavam há 10 anos. A tendência de descida está a inverter para uma de subida nos últimos anos, sendo o aumento da criminalidade juvenil bastante preocupante. Em vez de fechar os olhos, devemos encarar já os motivos e soluções para esta inversão.
- Estes são alguns tipos de participações criminais que em 2023 foram menores do que há 10 anos: homicídios (com um número estável); roubos (na rua, por estacionamento, a bancos, a bombas, a residências e edifícios, escolas); furtos na maioria dos seus tipos (veículos, residências, escolas, carteiristas); raptos (embora a subir); e motins (número que vai aumentar tendo em conta os motins de Outubro e Novembro de 2024).
- Estes são alguns tipos de participações criminais que em 2023 foram maiores do que há 10 anos: extorsão; ameaça e coação; criminalidade grupal; ofensa à integridade física grave; violência doméstica; violação; burlas e abuso de cartão; e crimes informáticos.

- O sentimento de insegurança parece ter aumentado mais do que o número de crimes realmente aumentou. Certamente que a percepção de (in)segurança é alimentada pela polarização e sensacionalismo das forças políticas extremistas à direita e à esquerda, por vídeos virais nas redes sociais e pelo sensacionalismo de alguma comunicação social. Mas os números existem e não devem ser ignorados. Há um problema a resolver ou pelo menos a evitar que se agrave.
- Boa parte do problema tem que ver com falta de condições sociais e económicas, as quais a Iniciativa Liberal procurou sempre promover pela sua agenda de crescimento. É consensual entre liberais que fazer crescer economicamente o país – com a racionalização do Estado, mais competitividade económica e serviços sociais que funcionem – irá diminuir a criminalidade, porque há uma correlação positiva entre o PIB per capita e os índices de segurança dos países, embora fatores como a desigualdade social, a educação e a confiança nas instituições sejam moderadores importantes.
- Quanto às condições policiais, é um facto que em Portugal as forças de segurança têm sido negligenciadas pelo poder político. O sistema está fragmentado e desorganizado. As unidades não têm cabimentação e autonomia orçamental. Os seus profissionais são mal remunerados e muitas vezes desperdiçados em funções administrativas. As equipas estão mal equipadas, por via de suborçamentação e manutenção medíocre.

## PROBLEMA

- **Esta situação não serve os portugueses. O sentimento de insegurança quebra a confiança das pessoas e destrói o sentimento de comunidade, arrefece a atividade económica e impulsiona populismos que parasitam as divisões sociais.**
- Quando existe uma verdadeira falta de segurança, assistimos a pessoas e propriedades assaltadas, degradação da vida pessoal e comunitária, e fenómenos de exclusão.
- Este estado de coisas é especialmente penalizador para as pessoas que vivem em bairros urbanos problemáticos, subúrbios e arredores, e interiores – onde o nível de segurança privada e policiamento público e capacidade de resposta são menores. Esta situação aprofunda disparidades territoriais no nosso país.
- Em cidades e aldeias mais pequenas, especialmente no interior, os polícias enfrentam frequentemente dificuldades em cumprir o seu dever devido ao medo das consequências reais que isso pode trazer para as suas vidas pessoais. Este receio é amplificado pela lentidão e ineficiência do sistema de justiça, o que leva a uma aplicação desigual da lei.

- Mesmo que o sentimento de insegurança não fosse refletido nos números da criminalidade, o tema da segurança é politicamente relevante. Contudo, as forças democráticas moderadas do arco do poder têm-se recusado a abordar o tema de forma integrada, receando acusações de populismo. Isto porque este tema está a ser aproveitado por forças autoritárias ou anti-autoridade, cujas propostas só destruiriam a paz social.
- Assistimos ao recrudescimento do colectivismo, pelo qual as pessoas são tratadas de acordo com a comunidade a que supostamente pertencem. A maioria não tem de pagar pela minoria. É errado, injusto, e é um discurso que fomenta o ódio e a discórdia social. A retórica do "são todos iguais" é crescentemente aplicada a residentes de certos bairros, a migrantes e a forças policiais. Assistimos, por um lado, a apelos para atropelo de direitos civis e, por outro, a apelos à demissão das funções do Estado.
- A solução só pode ser liberal.

## ABORDAGEM

- **A Iniciativa Liberal não ignora as preocupações dos portugueses. A Iniciativa Liberal não deixa pessoas moderadas nas mãos dos extremos. A Iniciativa Liberal oferece uma visão alternativa.**
- Portugal é um país seguro, mas pode deixar de o ser. Devemos agir preventivamente e não apenas quando já se tratar de uma emergência, tal como tem vindo a acontecer noutros países. Vamos a tempo de não cair nesse erro. Devemos preservar Portugal como um país bom para viver, enquanto referência na segurança e paz social.
- O Estado deve estar focado nas suas funções essenciais. A segurança pública é um bem essencial que cabe ao Estado providenciar. Em vez dos governantes andarem ocupados a gastar o seu tempo - e o nosso dinheiro - em tudo o que é setor da sociedade, devem estar focados em ter o Estado a prestar bem os serviços essenciais.
- Os órgãos nacionais da Iniciativa Liberal devem, neste ano de 2025, desenvolver de forma participada uma visão estruturada do que deve ser a Segurança de um ponto de vista liberal, sendo recomendação dos subscritores desta moção a seguinte abordagem:
  - no curto-prazo: entrar na discussão e marcar a agenda, reintroduzindo racionalidade no debate político com a comunicação de estatísticas sobre o tema.

- no médio-prazo: identificar problemas e debater soluções, ao nível nacional, regional e autárquico, para que a Iniciativa Liberal tenha uma posição definida sobre temáticas como rácio de polícias, divisão entre funções administrativas e trabalho de rua, concurso e distribuição de polícias, policiamento de proximidade, formação policial para situações de stress, meios (instalações, viaturas, armas, tasers), uso de bodycams, inteligência artificial na polícia, iluminação pública, entre outros, apresentando benchmarking de outros países.
- no longo-prazo: apresentar uma reforma estrutural das forças de segurança, articulada com a reforma da área da Justiça, e reformular o trabalho administrativo e processual das forças de segurança.

João Resende Figueiredo - 471  
Bernardo Blanco - 115  
Mário Amorim Lopes - 1328  
Rodrigo Gonçalves Silva - 952

Assinado por: João Resende Pinto Figueiredo  
Num. de Identificação: BI13099905  
Data: 11-01-2025 20:55:56 +00:00



**Sem segurança não há liberdade**

Ordem	Número	Nome
1	471	João Figueiredo
2	115	Bernardo Blanco
3	1328	Mário Amorim Lopes
4	952	Rodrigo Gonçalves Silva
5	2916	Sofia Almeida Garrett
6	2901	Beatriz Vieira
7	220	António Costa Amaral
8	1680	André Francisco
9	6801	Mariana Salvaterra
10	560	Rafael Gomes Ferreira
11	1100	Álvaro Gil
12	5564	Manuel Matos dos Santos
13	3394	Catarina Almeida Pinto
14	7153	Ana Carvalho
15	1118	Miguel Martins
16	1797	Afonso Neves
17	1273	Jorge das Neves Freitas
18	4843	Nuno Sá
19	3087	Mariana Folque
20	276	Gonçalo Pinto
21	378	Luis Areias
22	6763	Emanuel Rodrigues
23	434	Ricardo Gouveia
24	2309	Ricardo Campelo Magalhães
25	565	André Fernandes
26	6173	Barbara Carqueja
27	6104	Ricardo Roriz
28	3679	Gonçalo Vedor
29	3876	Tiago Oliveira
30	4122	Pedro Moreira
31	4788	Duarte Oliveira
32	7776	Inês Afonso
33	3301	Vitor Silva
34	287	Carlos Eduardo Costa
35	1185	Tiago Silva
36	6604	Miguel Mendes da Rocha
37	5075	Filipe Jesus
38	1745	Joana Dias
39	743	Paulo Gonçalves Silva
40	6829	Rodrigo Cardoso
41	8158	Vitor Gonçalves

42	946	Rui Silva
43	6603	Sónia da Silva e Santos
44	7353	Sheilla Saldanha
45	5312	Generosa Brito
46	1808	Pedro Roque